

Crise intolerável

Uma crise perfeitamente dispensável é a que vivemos hoje em nosso sistema de ensino. A questão dos preços das anuidades escolares minimiza uma outra muito mais grave e que pode comprometer o futuro de nossa nação: temos um ensino deficiente e o estado não propicia as condições mínimas necessárias para as transformações.

Não é nem preciso abordarmos os graves problemas da insuficiência quantitativa de nosso sistema de ensino e tampouco as questões, inegáveis, da repetência e da evasão. A criança brasileira que frequenta a escola tem um tempo mínimo de atividade letiva.

Não só as férias são longas como também o tempo de permanência dos estudantes, diariamente, nas escolas é inferior mesmo ao equivalente em países menos desenvolvidos. Não bastasse isto, frequentemente as atividades letivas são interrompidas por movimentos reivindicatórios, legítimos ou não, que reduzem ainda mais a presença dos alunos em classe.

Desta forma, não se pode esperar que nossa população jovem se prepare adequadamente para viver e trabalhar numa sociedade progressista que nos é prometida para um futuro próximo. Como o agravante de que vivemos uma realidade social onde o predominante é a desigualdade entre os grupos sociais.

Não são somente as instituições, privadas ou públicas, os instrumentos de transmissão da cultura. O papel da família é fundamental na formação dos cidadãos. É sabido que entre nós uma parcela imensa da população — condenada a privações — não tem recursos para a educação de seus filhos. Daí a importância que se confere à educação pré-escolar.

Nas periferias dos grandes centros se concentra uma parcela importante de nossa população que não possui nem mesmo condições de oferecer a seus filhos uma residên-

cia adequada. Estas crianças são, muito cedo, lançadas nas ruas e devem através de biscoates ou outras atividades menos recomendáveis se sustentar e contribuir para a economia doméstica. A política que se propõe para suprir estas deficiências seria a da generalização do ensino pré-escolar. Este deveria servir não só ao processo de socialização das crianças mas também, frequentemente, suprir suas deficiências alimentares.

O problema da formação das novas gerações não é apenas uma questão para o estado, mas para toda a sociedade. Ela é fundamental e engloba de forma decisiva a atual polêmica sobre taxas escolares e boicote dos estabelecimentos privados de ensino.

Num domínio decisivo para a nação o rigor é necessário. A escola privada como uma empresa é legítima. As condições para seu funcionamento pleno devem ser asseguradas. Entretanto, o compromisso fundamental é o de assegurar à população o direito à escolarização. Não podemos considerar este problema como menos importante que os demais que afligem nossa sociedade. Pelo contrário, ele está na raiz da manutenção de nossa cultura e é condição essencial para o nosso futuro.

Numa democracia os interesses dos grupos particulares são legítimos, o caminho do entendimento é o aconselhável para resolver conflitos de interesses. Torna-se inconcebível que a função de transmissão da cultura, de formação das novas gerações fique sujeita à ação de interesses particulares. Todos têm responsabilidades para que a atual crise seja superada, assegurando matrículas para os que buscam as escolas. Mesmo se isto representar uma mudança em nosso sistema escolar deve ser obtido. Só assim não nos colocaremos em débito para com as futuras gerações.